



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, CIDADANIA E EMPODERAMENTO

PUGNALONI, Clara Maria

Doutora em Ciências Sociais, USP, clarapugnaloni@usp.br

Resumo

As manifestações de ativistas sociais, uniformes em sua forma de organização pela Internet, ultrapassaram barreiras físicas impostas e inauguraram, a partir de 2010, uma forma diferente de mobilização. O impacto da comunicação pelas mídias sociais nas rebeliões iniciais da designada Primavera Árabe, posteriormente estendida a diversos países, inclusive ao Brasil em junho de 2013, alterou o ordenamento da comunicação até então existente. Este artigo baseia-se em teorias da Comunicação para o Desenvolvimento (ComDev), *Mass self communication*, Sociologia, e Relações Internacionais para oferecer uma perspectiva interdisciplinar sobre o protagonismo da comunicação na mudança social e no respeito aos direitos fundamentais, entre eles o da comunicação. Explora a relação entre *Mass self communication*, cobertura de rebeliões/manifestações por Agências de Notícias, e a percepção de defensores dos Direitos Humanos sobre a aproximação entre essa forma de mobilização, a comunicação e o empoderamento dos atores sociais em situações de conflito ou conflito latente. A partir das pesquisas conceitual e empírica foi gerado um Quadro de Avaliação por Categoria de Análise que demonstrou a aproximação entre a *Mass Self Communication*. Garantia dos direitos humanos e princípios da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC).

Abstract

This article sought to analyze the impact of the communication by social media first of all during the rebellions which became known as the Arab Spring and later on in the sociopolitical action of the movements which flared up in Brazil in June 2013. These rebellions spread out and were uniform in the way they were organized, which was via the Internet, overcoming the obstacles that had been put in place and inaugurating what represented a new form of mobilization at that time. This article explores the relationship between ComDev, *Mass Self Communication*, coverage by the news agencies and the perception of NGOs focused on the defense of Human Rights in relation to this type of mobilization and the empowerment of the social players, in the case of conflict or latent conflict. After the conceptual and empirical survey that was collected during the course of the Multiple Case Study a relation Table was drawn up by Analysis Category covering *Mass Self Communication*, guarantee of the human rights and provisions of the New World Information and Communication Order (NWICO).

Palavras-chave: *Mass Self Communication*; Comunicação; Desenvolvimento; Mídias Sociais.

Keywords: *Mass Self Communication*; *Communication Development*; *Social Network*

[COM0754]

1. Introdução

O artigo aborda consequências da comunicação pelos celulares e computadores partir dos eventos que se tornariam conhecidos com a Primavera Árabe na ação sociopolítica que emergiu a partir de então. As rebeliões se espalharam pela Internet, uniformes em sua forma de organização não hierarquizada, ultrapassaram as barreiras impostas e inauguraram uma forma de mobilização diversa do que ocorria até então (Castells, 2011). O distanciamento dos fatos no tempo revela que a utopia foi vencida pelo poder. As bandeiras das rebeliões e as palavras de ordem ouvidas no norte da África e no Oriente Médio não se transformaram em conquistas daqueles ativistas (Kissinger, 2015). Mas, sem dúvida, a comunicação pelas redes sociais a serviço de reivindicações políticas trouxe um importante empoderamento aos atores sociais (Castells, 2011). Esses, mobilizados pela comunicação em rede, multiplicaram-se em manifestações e rebeliões que aportaram na Europa, na América e, em junho de 2013, também no Brasil.

Este artigo busca evidenciar a relação entre *Mass Self Communication*, a cobertura de Agências de Notícias, a garantia de direitos humanos e os princípios da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), especialmente o direito à Comunicação. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) garantiram maior acesso à comunicação tanto em países do Norte como em países periféricos, apesar da disparidade de acesso, afirma o Diretor da *Human Rights Whach*. As mídias sociais permitem que todos se comuniquem em sua língua materna o que possibilita, também, o estabelecimento da disparidade na comunicação a partir da linguagem própria, ressalta Jean-Marie Fardeau (2014)¹. Enquanto, por exemplo, em 140 caracteres um americano poderá apenas comunicar de forma básica o seu pensamento, em chinês os mesmos caracteres equivalem de 5 a 10 linhas do idioma inglês, e possibilita a construção de um pensamento mais sofisticado.

2. Referencial teórico

2.1 Comunicação para o Desenvolvimento (ComDev)

É extremamente importante haver uma compreensão clara da especificidade do termo Comunicação para o Desenvolvimento (ComDev). O conceito refere-se a um processo social baseado no diálogo usando uma ampla gama de ferramentas e métodos. É também sobre a procura de mudança em diferentes níveis, incluindo a escuta, a construção de confiança, a partilha de conhecimento e competências, construção de políticas, debate e aprendizado para mudança significativa e sustentada. Não é relações públicas ou comunicação corporativa. (WB/CI Roma, 2006). A ComDev prioriza a participação das comunidades em decisões sobre o seu próprio desenvolvimento. Para isso se utiliza do diálogo e de diferentes canais de comunicação alternativos - fotografia, teatro, panfletos, rádio comunitária, por exemplo - e interpessoais para motivar e educar os *right holders*² dos programas de desenvolvimento.

2.2 Mass self communication

A difusão da Internet resultou na comunicação interativa em tempo real, ou em um momento concreto. A Internet e o uso das redes sociais viabilizaram o surgimento da *Mass self communication* (MSC) ou Autocomunicação de Massas. Essa se constitui em comunicação de massas por projetar mensagens de muitos para muitos. Pode chegar a inúmeros receptores e conectar-se a incontáveis redes que transmitem a informação digitalizada para todo o mundo, do local para o global (Castells, 2011, 2012). E autocomunicação porque o emissor decide a mensagem de forma autônoma, designa os possíveis receptores e seleciona as mensagens das redes de comunicação que deseje recuperar. A MSC se baseia em redes horizontais de comunicação interativa que, em grande parte, os governos e empresas têm dificuldade de controlar.

2.3 Redes Sociais

As Redes Sociais são, tecnicamente, formas de comunicação que fazem parte da Internet e do desenvolvimento dos telefones celulares. Hoje mais de dois terços dos habitantes do planeta podem comunicar-se por meio de um celular, mesmo onde não há eletricidade e linhas de telefone fixo, de forma rápida. O número de aparelhos conectados à Internet beira os 10 bilhões e está projetado para alcançar os 50 bilhões em 2020, sublinha Clark (2014).

Castells (2006) enfatiza que a existência e o desenvolvimento das redes sociais proporcionaram à sociedade a possibilidade de maior controle de intervenção. E uma capacidade superior de organização política para os que se posicionam fora do sistema tradicional. Por meio da *Mass Self Communication*, ou comunicação de massa individual, tanto os movimentos sociais quanto os indivíduos com uma postura crítica conquistaram, na visão de Castells (2006), condições de agir sobre os grandes veículos de comunicação, controlar as informações e desmenti-las, quando pertinente. E o mais importante e fundamental para os movimentos sociais: produzir informação.

2.4 Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação

A Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) foi concebida como processo que poderia modificar permanentemente o panorama internacional da comunicação dos anos 1980 e não como um conjunto de condições práticas. Havia a concordância da totalidade dos membros da histórica comissão da UNESCO, presidida pelo Prêmio Nobel Sean MacBride, de que seria fundamental a realização de reformas estruturais no setor de comunicação, pois a ordem existente mostrava-se inaceitável. A grande colaboração daquela comissão amplamente representativa em termos de diversidade ideológica, política, econômica e geográfica do mundo foi ter conseguido delimitar, analisar e esboçar soluções aos problemas internacionais de comunicação àquela altura. Um esforço embrionário, na percepção de MacBride, para o estabelecimento de uma NOMIC. Essa seria um processo em mudança contínua na busca por maior justiça, maior equidade, maior reciprocidade no intercâmbio da informação, menos difusão de mensagens em sentido descendente, maior “autossuficiência” e identidade cultural, e, por fim, maior número de vantagens para toda a humanidade.

3. Um mundo em convulsão

A imprevisibilidade tem sido a tônica neste século rumo a um futuro aberto e imprevisível em que determinantes econômicas e sociológicas, como sublinha Morin (2015), tem causado sérios efeitos principalmente às populações de países pobres ou em desenvolvimento. A recessão econômica, que em 2008 se espalhou sobre o planeta, é um exemplo disso. A crise política, que resultou na queda dos regimes totalitários no norte da África e no Oriente Médio, e instaurou uma convulsão assistida em tempo real pelos meios de comunicação, também. A comunicação nos revela hoje imagens dessa complexidade e, sobretudo, que esse futuro incerto, mediado pela comunicação, estampa o que parece ser o não comprometimento humano com a civilização (Morin, 2015). Para o sociólogo o problema crucial do nosso tempo é a necessidade de um pensamento capaz de enfrentar a complexidade do real. Que compreenda as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos que se desdobram em diferentes dimensões e as realidades que podem ser ao mesmo tempo solidárias e conflituosas como a própria democracia. No entender de Morin (2015) esse modo complexo de pensar também permitirá desvendar problemas políticos e sociais, pois um pensamento que enfrenta a incerteza pode esclarecer as estratégias do nosso mundo incerto. O pensamento que une pode iluminar uma ética da religião ou da solidariedade e postular a compreensão entre os homens, pontua. A comunicação, no entanto, nos expõe diariamente a imagens de disputas, de destruição, de violência e de terror pelo mundo. Evidenciando que essa compreensão ainda está longe de se tornar realidade.

Como entender a comunicação do mundo contemporâneo?

A investigação abordou um assunto atual que traduz uma mudança significativa tanto na comunicação social, como no alcance de meios de difusão em massa por atores e organizações de forma independente. Isto é, por permitir que a informação seja difundida instantaneamente e globalmente sem a mediação dos meios de comunicação tradicionais e por atores sociais que não disponham de recursos financeiros significativos. Uma realidade diversa e que permitiu ocorrerem mobilizações e rebeliões organizadas por ativistas em uma comunicação individual e em rede (Castells, 2011).

4. Metodologia de Pesquisa

4.1 Proposição do estudo

O objetivo deste estudo é verificar a relação entre *Mass Self Communication*, cobertura das rebeliões/manifestações por Agências de Notícias, defesa dos Direitos Humanos e empoderamento dos atores sociais por meio da Comunicação para o Desenvolvimento. Além de reinserir a temática em estudos na área pretende-se contribuir para ampliar o debate para essa especificidade da comunicação e oferecer uma diretriz para outros estudos e pesquisas. A ComDev é praticamente desconhecida no Brasil, apesar da sua importância e impacto em programas e projetos de desenvolvimento.

4.2 Estudo de Caso como método de pesquisa

O Estudo de Caso foi o método adotado e o que se buscou foi a análise de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto real (Yin, 2005). A abordagem é apropriada por permitir analisar variáveis como democracia, poder, cultura política, poder do Estado que são difíceis de mensurar e variam conforme o contexto cultural. Foi examinada a atividade de comunicação digital em mobilizações e rebeliões e o seu desdobramento na cobertura de agências de notícia. O foco de interesse foi verificar se houve uma aproximação aos princípios da NOMIC proporcionada pela Autocomunicação de Massa com direcionamento político.

A investigação foi estruturada em duas fases. Na primeira foi realizada seleção e a revisão bibliográfica e de publicações a partir da leitura e análise dos textos. A segunda se constituiu na coleta de dados por meio de entrevista pessoal semiestruturada. As informações coletadas foram transcritas e submetidas à leitura para seleção dos pontos de consenso nos depoimentos e de informações pertinentes aos propósitos da investigação.

Após a coleta dos dados foi realizado o ordenamento de categorias que as entrevistas mostraram como mais significativas para a resolução das questões propostas na investigação e seu entendimento. A análise se deu a partir de conceitos e depoimentos coletados relacionados.

Os dados e a revisão bibliográfica orientaram a construção de um Quadro de Avaliação por Categoria de Análise, no qual foram organizadas informações de acordo com a relação aos quatro indicadores estabelecidos como parâmetro da investigação: (i) *Mass Self Communication*; (ii) cobertura de agência de notícias; (iii) garantia de direitos humanos e (iv) princípios da NOMIC. Para entendimento das imbricações foi utilizada a análise do discurso.

O objetivo proposto foi o de verificar a relação entre a *Mass Self Communication* - adotada pelos atores sociais nas rebeliões iniciais da denominada Primavera Árabe e nas posteriores manifestações no Brasil, em junho de 2013 - a cobertura de Agência de Notícias e a percepção de ONG alinhada à defesa dos Direitos Humanos sobre essa forma de comunicação e empoderamento dos atores sociais.

Como hipótese de partida questionou-se se o empoderamento dos atores sociais pelas TICs instaurou a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), utopicamente preconizada no relatório

da UNESCO *Um mundo, muitas vozes*. Além de verificar a possível analogia entre os princípios da NOMIC e a ComDev.

A investigação se deu sobre um assunto atual que traduz uma mudança significativa, tanto na comunicação social, como no alcance de meios de difusão em massa por atores de forma independente. Isto é, por permitir que a informação seja difundida instantaneamente e globalmente sem a mediação dos meios de comunicação tradicionais ou de recursos financeiros significativos.

4.3 Dados

Método de análise de dados

Entre os métodos de análise de dados utilizados nas pesquisas de natureza qualitativa, destacam-se o de análise de conteúdo e o de análise de discurso, sendo esse último o adotado nesta investigação. Fairclough (2001) afirma que três tradições analíticas são indispensáveis à análise do discurso a saber: (i) Tradição de *análise textual* e linguística, com enfoque tanto na forma quanto no significado embutido no texto (foco no texto em termos de vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual); (ii) Tradição macrossociológica de *análise da prática social* em relação às estruturas sociais (foco na prática discursiva: envolve processo de produção, distribuição e consumo textual); (iii) *Tradição interpretativa* ou microssociológica de considerar a prática social como algo que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados (foco na prática social, considerando as ideologias e hegemonia presente).

5. Estudo de Caso: Comunicação para o Desenvolvimento, protagonismo nas mídias sociais e cobertura midiática em rebeliões

5.1 Contexto: Comunicação e direitos

Tem sido longo o percurso de luta por uma comunicação horizontal. Nos anos 1960, Jean D'Arcy abordava o "direito à comunicação" afirmando que chegaria o dia em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos incluiria um direito mais amplo que o direito do homem à informação. O reconhecimento do direito de comunicar-se é essencial para que a governabilidade global das "sociedades da comunicação" considere o respeito aos direitos humanos.³ (Harmelink, 1994). Para tanto os interesses dos povos devem ser as diretrizes do modelo de mundo a ser seguido e precisará sobrepujar os estados, mercados ou as tecnologias como tal.

Comunicar é dividir significados mediante a troca de informação. O processo de comunicação se define pela tecnologia da comunicação, as características dos emissores e dos receptores da informação, seus códigos culturais de referência, seus protocolos de comunicação e o alcance do processo. O significado somente poderá ser compreendido no contexto das relações sociais em que se processam a informação e a comunicação (Schiller, 2007). E o processo será essencial para outra forma de comunicação, que busque ser um processo inclusivo e horizontal, constituir-se alternativa aos interesses políticos e comerciais hegemônicos, restituir o valor à terminologia *social* e rechaçar o mercantilismo dos meios massivos (Dragon-Gumucio, 2007).

5.2 Estratégias de Comunicação

Comunicação para o Desenvolvimento

As tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) garantiram maior acesso à comunicação para cidadãos em países periféricos e para cidadãos considerados periféricos em países centrais, pelo baixo custo e o amplo alcance. Hoje o número expressivo de celulares em funcionamento diminuiu o isolamento de atores sociais em muitos países onde os meios de comunicação de massa são pouco

expressivos em termos de cobertura e de alcance. Como citou Jean-Marie Fardeau (2014)⁴ referindo-se a essa comunicação entre os cidadãos que percebem a maneira nova e a capacidade que possuem de interagir e de se organizar, qualquer que seja o nível de repressão do país. O diretor-geral na França da *Human Rights Watch* avalia ser esse um incrível avanço na proteção dos direitos humanos. Credita às redes sociais na Tunísia, a partir de 2011, o avanço nos direitos humanos e aponta o papel central das redes sociais nessa evolução, por exemplo. Essa democratização se constitui um dos princípios da Comunicação para o Desenvolvimento (ComDev) que é fundamentada em valores de participação e de paridade.

A comunicação no apoio aos projetos de Ajuda Humanitária é relacionada aos Direitos Humanos e ao desenvolvimento da própria comunidade para a qual é direcionada. Especificamente a *Comunicação para o Desenvolvimento* difere da comunicação comercial, das relações públicas ou da comunicação institucional. Pressupõe a participação e, traz em si, o debate ideológico sobre o direito à comunicação cujo marco representativo foi o Relatório MacBride⁵. As suas recomendações ainda hoje não estão em vigência em muitos países do Sul.

Essa definição contrasta profundamente com a tendência de associar a palavra comunicação com conceitos como Disseminação, Informação, Mensagem, Mídia e Persuasão. O termo Comunicação para o Desenvolvimento engloba esses conceitos, mas incorpora uma visão muito mais ampla para facilitar o diálogo, investigar riscos e oportunidades, comparar percepções e definir prioridades para mensagens e informações. E, o mais fundamental de um processo social, envolver as pessoas no seu próprio desenvolvimento como sublinha Dragon-Gumucio (2007).

A reflexão sobre a Comunicação na contemporaneidade, quando há unidade em torno de um único meio de comunicação e relação entre os setores a ele relacionados, mostra que nunca a comunicação foi tão abrangente na história. Interligada, a sociedade planetária atingiu a profecia feita por Wiener e materializou o conceito da “sociedade da comunicação”. O conhecimento agora está ao alcance dos dedos em um mundo interconectado pelas máquinas e por meios diversos e instantâneos. A informação é irrestrita, porém, o acesso não se apresenta de forma igualitária. Essa situação deriva de delimitações econômicas, políticas ou religiosas. Resulta, ou melhor, da conjugação entre elas.

5.3 A evolução na comunicação

A comunicação após a contribuição de Wiener (1952), ao propor uma visão de mundo global e unificada em seu entorno, passou da concepção de tema importante para o um tema central na sociedade. E o papel dos *media*, indiretamente, tornou-se instrumento essencial para o homem reagir adequadamente ao mundo. Houve uma unidade profunda entre todos os setores relacionados à comunicação que, surgiria de forma contundente como uma unidade no plano da ideologia no sistema de valores e de representações do mundo. Essa ideologia faria da “ação” de comunicar um dos imperativos essenciais das ideologias de nossa sociedade apresentando-se como um recurso das ideologias políticas ou como alternativa às ideologias políticas. E é extremamente utópica em certos aspectos por evocar uma “sociedade da comunicação” transparente, racional, consensual e pretensamente harmoniosa (Breton & Prolux, 2000).

Para Weaver⁶ (1949 *apud* Steinberg, Charles, 1970, p. 36-37) a comunicação incluiu todos os processos pelos quais um espírito poderia influir em outro, bem como numa interação social significativa. Wiener, posteriormente, criticou a utopia da inteligência artificial, derivada do pensamento cibernético, ao afirmar que o papel da nova tecnologia sob o capitalismo seria o de potencializar a exploração dos trabalhadores.

5.4 A contradição da ciberutopia

Wiener percebeu que, ao invés de criar mais tempo de lazer e melhorar os padrões de vida, a informatização da economia sob o fordismo aumentaria o desemprego e cortaria os salários. Wiener, em sua análise tardia, renunciou que a Cibernética provava que a inteligência artificial ameaçava as liberdades da humanidade.⁷ Na mesma linha de pensamento discorre Barbrook (2009):

“os políticos e acadêmicos afirmaram que seria iminente a consolidação da sociedade da informação. Com efeito, esta se configurou com a cobertura dos meios de comunicação, a crescente sofisticação e rápida proliferação da tecnologia da informação. O presente está em constante mudança, mas o que se imagina de futuro é sempre o mesmo, permeado pela ideia da inteligência artificial”.

É feita uma leitura crítica contemporânea de que a pretensa liberdade proporcionada pela Internet não passa da “doutrina *do Google*” (Morozov, 2011a). Classificada de ciberutopia a convicção entusiástica de que a tecnologia possa ter um poder libertador. É afirmada como ingênua a crença de que a comunicação *online*, derivada do precursor pensamento cibernético, possa ter uma natureza emancipatória (Morozov, 2011a). Seu pensamento indica reforçar a percepção de que

convicções ciberutópicas deram origem a um *internetocentrismo* o que se configura em dogma altamente desorientador. Esse propicia um mascaramento do contexto que induz os decisores políticos a acreditarem que possuem um aliado útil e poderoso ao seu dispor (Morozov, 2011b).

Esse autor sublinha que as redes sociais *Twitter e Facebook* são apenas ferramentas e que, em detrimento do meio pelo qual se realizam, o importante é o conteúdo das reivindicações feitas pelos atores sociais.

5.5 Mass self communication

A difusão da Internet resultou na comunicação interativa em tempo real, ou em um momento concreto, permitindo a expansão da Comunicação para o Desenvolvimento. A Internet e o uso das redes sociais viabilizaram o surgimento da *Mass self communication* (MSC) ou Autocomunicação de Massas. Essa se constitui em comunicação de massas por projetar mensagens de muitos para muitos. Pode chegar a inúmeros receptores e conectar-se a incontáveis redes que transmitem a informação digitalizada para todo o mundo, do local para o global (Castells, 2011, 2012). É autocomunicação porque o emissor decide a mensagem de forma autônoma, designa os possíveis receptores e seleciona as mensagens das redes de comunicação que deseje recuperar. A MSC se baseia em redes horizontais de comunicação interativa que, em grande parte, os governos e empresas têm dificuldade de controlar.

A comunicação digital, multimodal, permite uma referência constante a um hipertexto global de informação cujos elementos, acredita Castells (2012), agora o comunicador pode mesclar de acordo com seus projetos e interesses. Assim, a autocomunicação de massa proporciona a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, individual ou coletivo, frente às instituições da sociedade. O que provoca o temor de empresas e governos que tentam obter benefícios e limitar seu potencial de liberdade, controlando o intercâmbio de arquivos na Internet. (Castells, 2012).

O fenômeno constitui uma forma social de comunicação maciça, mas produzida, recebida e vivenciada individualmente (Castells, 2006). É que em todo o mundo foi recuperada pelos movimentos sociais. A mídia tradicional, por sua vez, com sua potência comercial e midiática se inseriu também na modalidade virtual. Com a comunicação abrangendo a informática, a eletrônica e a telefonia esse setor se tornou a indústria pesada de nosso tempo, no entender de Ramonet (2003).

A revolução digital rompeu as fronteiras que antes separavam som, escrita e imagem, as três formas tradicionais de comunicação, permitindo o surgimento e avanço da Internet. Essa convergência veio a se constituir em uma mudança de paradigma. Veio a representar um quarto modo de se comunicar. Uma

nova forma de se expressar, de se informar, de se distrair (Ramonet, 2002). E pode-se afirmar, também, uma nova forma de protestar. Nova forma que permite a reaproximação do conceito da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) divulgado no histórico relatório da Unesco (1980), Um mundo e muitas vozes (*Many Voices, One World. Communication and society today and tomorrow*).

Os princípios que regeriam a Nova Ordem foram determinados no exame dos problemas gerais em reuniões com especialistas e na troca de ideias. Desnudando as relações fundamentais que existem entre a Comunicação para o Desenvolvimento e a liberdade. Entre a comunicação e o poder. E como que realizando a previsão de mais trinta anos atrás:

(...) “Essa liberdade, frequentemente adquirida com esforço e contra a autoridade - qualquer seja essa, política ou econômica – à custa de grandes sacrifícios, inclusive da própria vida de alguns de seus defensores, constitui uma das conquistas mais valiosas da democracia, ao mesmo tempo em que a sua garantia essencial. A existência da liberdade de expressão – ou a inexistência – é um dos indicadores mais seguros da liberdade, nas suas diversas formas, num determinado país. (MacBRIDE, 1983, p. 29)

Hoje é real a era dos *cyberconflicts*. Incidentes históricos de *cyberconflicts* levantam questões de cybersegurança como parte da segurança global na política internacional atual. Poderá ser enquadrado como crime cibernético qualquer ataque cibernético, e processado como tal. Qualquer *hacker* político, mesmo atuando para protesto, será processado por cybercrime (Karatzogianni, 2012). A realidade da vigilância em massa a países, cidadãos e governos relatada internacionalmente colocou em outro patamar o cybercrime. Esse agora é praticado por Estados contra a soberania de outros países. Resta saber qual será a defesa frente à postura classificada como criminosa da maior economia do planeta para com a comunidade internacional. E qual deverá ser a sua punição.

6. O mundo em erupção

A possibilidade de organização dos atores pelas mídias sociais, resultando em enormes movimentos nas praças e ruas, iniciou no norte da África um processo de ruptura institucional, motivado pela indignação, se desdobrou para diversos outros países. (Castells, 2011). O movimento viria a ser designado pelo mundo ocidental – acreditando que seria uma mudança positiva - como Primavera Árabe em uma clara alusão à Primavera de Praga (Kissinger, 2015). Movimentos libertários a princípio, que lutavam pela instituição de princípios democráticos, propagaram-se pela região alterando a realidade geopolítica. No entanto, não conseguiram ver os princípios pelos quais foram às ruas se transformados em realidade. As rebeliões foram vencidas pelo poder tradicional fortemente arraigado na região (Kissinger, 2015). Aqueles movimentos tiveram ampla cobertura midiática que, em seu transcorrer, se tornou contínua e em tempo real. A difusão de imagens e informações dos manifestantes ao mundo ocidental pela Al Jazira - que atendia a uma agenda própria de apoio aos países considerados como irmãos muçulmanos, conforme Fardeau (2014), teve um poder multiplicador. Muitas outras rebeliões e manifestações ocorreram em países europeus e na América.

O inevitável se realizou e as manifestações chegaram ao Brasil que se mantinha, até junho de 2013, à margem dos protestos políticos que eclodiam pelo mundo. Foi decorrência natural do incitamento provocado pelas imagens de ativistas nas ruas e praças do mundo. E que sucessivamente se multiplicaram pelas mídias sociais e pelos meios de comunicação tradicionais expostas a expectadores atônitos.

6.1 A revolta no quintal de casa

As manifestações em massa, no Brasil, em junho de 2013, e que perduram desde então, surpreenderam a todos. Ali caiu por terra o mito popularmente evocado das relações cordiais, no sentido de harmoniosas, sempre receptivas e contrárias à violência. E que se sobrepôs ao conceito de homem cordial, cunhado

por Sérgio Buarque de Holanda, entendido como a “precedência dos afetos e do imediatismo emocional sobre a rigorosa impessoalidade dos princípios que organizam usualmente a vida dos cidadãos nas mais diversas nações” (Schwarcz e Starling, 2015, p.17-18). O país que bradou nas ruas mostrou-se diferente do país presente no imaginário coletivo. E diferente também da imagem estabelecida de país avesso ao radicalismo e detentor de um espírito pacífico, desmentida pelas inúmeras rebeliões, revoltas e manifestações que permeiam toda a nossa história, conforme pontuam Schwarcz e Starling (2015). E que permeiam fortemente os dias atuais no país.

Nas manifestações de junho de 2013, “governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face do cotidiano de nossas cidades” (Vainer, 2013, p. 35). Os movimentos se multiplicaram rapidamente por cidades, em todas as regiões do país. Ao se deflagrarem, foram surpreendentes as inúmeras reivindicações que se seguiram aos 20 centavos de aumento nas passagens, valor que foi o estopim para o sentimento de massa. O ponto de interesse comum para o surgimento da massa, em seu sentido psicológico, oscilou nos movimentos daquele junho entre a reação aos aumentos do custo das passagens e a reação à violência do Estado na sua contenção. E a massa no Brasil se igualou às outras massas que a precederam, em movimentos que se formaram e ocuparam praças e ruas.

7. Quadro de avaliação por categoria de análise

As ideias de uma comunicação horizontal, com respeito à cultura dos povos e acesso igualitário à tecnologia, foram sistematizadas no Relatório “Um mundo e muitas vozes”, no final dos anos 1970. O ideal da Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, cunhado naquele relatório, nunca esteve tão distante de ser atingido como afirma Gumucio- Dragon (2011). No entanto, pontua-se, a comunicação horizontal, ou a força e o poder de uma forma de comunicação acessível aos atores sociais por meio da MSC, deu início a uma nova perspectiva. A de que o social em rede é um sistema que fortalece mais as pessoas que as instituições.

A realidade que emergiu nas rebeliões e manifestações fez perceber a centralidade da comunicação pelas redes sociais como catalizador estratégico da participação social. Centralidade essa que é fundamental em um processo social, por ter a capacidade de envolver as pessoas no seu próprio desenvolvimento. A Comunicação para o Desenvolvimento se fortaleceu a partir dessa nova realidade ao incorporar essa visão ampla que facilita o diálogo, define prioridades para mensagens e informações e amplia o protagonismo dos atores sociais. Dois dos pontos que a NOMIC pregava - Direito à Informação e de Democratização da Mídia - se realizaram a partir desse contexto comunicacional. O que foi apontado pelos jornalistas das agências ANSA e Reuters e reforça a premissa da mudança de paradigma. A Internet se transformou em espaço virtual de reunião. E que chegará às ruas em manifestações em forma física quando a vontade de protestar superar o medo da repressão. A conscientização por parte dos cidadãos de que dispõem da possibilidade de interagir e de se organizar - mesmo que a repressão política pretenda cercear ao seu direito a cidadania - é uma incrível evolução rumo à ampliação dos direitos humanos.

A diferença real entre a comunicação e ComDev reside em uma visão mais ampla que considera as opiniões das pessoas afetadas pelas alterações decorrentes do desenvolvimento como participantes ativos do processo social. Esse diferencial consta no Quadro de Avaliação por Categoria de Análise. Nele há uma síntese de informações extraídas de entrevistas realizadas com Anthony Broadle, correspondente da agência Reuters (AN2); Dario Pignotti, correspondente da agência ANSA (AN1), o ativista Ignacio Ramonet, diretor-presidente do *Le Monde Diplomatique* e Jean-Marie Fardeau, Diretor Geral na França da ONG *Human Rights Watch*, comparativamente aos conceitos abordados neste artigo.

Categoria	Percepção ong	Percepção ativista	Percepção an 1	Percepção an 2
Mass Self Communication/ ComDev*	1. Distinguir as fontes confiáveis; 2. Facilidade de ONGs perceberem o terreno; 3. Disponibilidade imediata de interação com atores sociais; 4. Capacidade de comunicação instantânea e na própria língua do país; 5. Desestabilização do poder;	1. Desmontagem do mito de universo transparente; 2. Acesso a informações pessoais de forma indiscriminada;	1. Permite que informações sejam difundidas instantaneamente; 2. Possibilita que sinais e indícios de acontecimentos sejam rapidamente recebidos e checados;	1. É preciso não estimular os protestos com a cobertura. 2. É imprescindível o monitoramento das redes sociais na cobertura das Agências. 3. Mass Media permite acesso a informações e a “notícias instantâneas”.
Garantia Direitos Humanos	1. Maior capacidade de monitorar e comunicar sobre as relações de Direitos Humanos; 2. Possível tentativa de regulação das mídias sociais por governos autoritários;	1. Utopia que as redes sociais sejam uma libertação da mídia hegemônica;	1. Ampliação do debate sobre a institucionalização da mídia; 2. Necessidade de institucionalização do debate sobre Democratização da mídia;	1. A cobertura das rebeliões da Primavera árabe não insuflou as rebeliões. 2. Movimentos foram desencadeados pela tirania dos regimes.
Preceitos NOMIC	1. Disponibilidade de espaços de liberdade; 2. Possibilidade de inserção global de comunicação de atores sem recursos financeiros.	1. Entendimento da comunicação como matéria-prima estratégica.	1. Acesso e difusão da informação se alinham aos princípios da NOMIC de: Direito à Informação e Democratização da Mídia.	1. Preceitos da NOMIC ocorreram nas manifestações, que tomaram de surpresa até a mídia convencional.

Quadro 1 – Quadro de avaliação por categoria de análise. Fonte: Pugnaloni, Clara (2015)

8. Conclusão

O monitoramento das relações entre o poder do Estado e o respeito aos Direitos Humanos foi facilitado pela *Mass self Communication* (MSC), tanto nas mobilizações como na vida cotidiana das populações. O empoderamento conferido aos atores sociais, pela possibilidade da difusão da informação de forma direta, resultou em significativa redução na disparidade de forças. A alteração do equilíbrio dessas forças proporcionou maior poder de vigilância e pressão sobre Estados para que seja assegurada a integridade de seus cidadãos. A possibilidade de que ONGs e agências de notícias recebam simultaneamente aos fatos, informações e indícios de acontecimentos que devam ser apurados, propagados ou denunciados, também confere menor assimetria a esses atores.

É a proximidade a alguns dos ideais da comunicação horizontal – que previa o respeito à cultura dos povos, a democratização da mídia, e o acesso igualitário à tecnologia – relatados no início dos anos 1980 na publicação “Um mundo e muitas vozes” (*Many Voices, One World. Communication and Society Today and Tomorrow.*). O ideal da Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, previsto no relatório da pesquisa patrocinada pela UNESCO, ainda está distante de ocorrer. Mas é indiscutível que a comunicação horizontal possibilitada pelas redes sociais tornou as forças da comunicação acessíveis a atores ou organizações mesmo que não detenham o poder econômico, como reforçou a *Human Rights Watch*. E que promoveu o empoderamento desses atores, o que seria impossível sem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

A nova realidade comunicacional que se impôs a partir das TICs evidenciou que há sinergia entre *Mass Self Communication* e Comunicação para o Desenvolvimento pelo mundo de possibilidades permitido por uma comunicação instantânea, na própria língua de cada país, que difunde conteúdos com baixo custo. Ampliada pela massificação da comunicação pelas mídias sociais permitirá ação imediata dos cidadãos, por meio de uma participação cívica ativa e global. Essa com vista a acelerar a conquista dos seus direitos e garantias, assim como o estado de desenvolvimento nos seus países de origem.

Acredita, porém, a *Human Rights Watch* (HRW) que o risco futuro será a tentativa de regulação das mídias sociais por governos autoritários. Para a HRW a ampla difusão de conteúdos de forma fácil e de baixo custo pelas mídias sociais, alinhada à possibilidade da comunicação instantânea e na própria língua do país, é um diferencial importante. A ONG citou o fato positivo de que organizações não governamentais recebam informações do terreno e possam difundir em muito pouco tempo as conclusões de pesquisas e trabalhos de campo. Processo que antes durava aproximadamente quatro meses. Essa liberdade de se comunicar é vista como um fator de desestabilização do poder por Estados não alinhados a práticas democráticas, na avaliação da HRW.

Por outro lado, a utilização das mídias sociais pelas Agências de Notícias, tanto na cobertura de rebeliões/manifestações, como dos fatos cotidianos veio a facilitar a verificação de indícios e sinais de arbitrariedades, além de possibilitar checar e difundir informações de forma imediata. Isso torna o monitoramento permanente das redes sociais imprescindível, na visão das agências Reuters e ANSA. Esse acesso e difusão de informação pelas mídias sociais se aproxima aos princípios da Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (NOMIC) de (i) Direito à Informação e (ii) Democratização da Mídia. Houve o entendimento para ambas as agências de que esses princípios ocorreram nas rebeliões internacionais. E, posteriormente, nas manifestações de abril de 2013, no Brasil, iniciando uma era de manifestações pelas cidades brasileiras que perdura até os dias atuais. Quando irromperam surpreenderam o país, a mídia convencional e, principalmente, os políticos que foram hostilizados e aliados do processo pela massa de manifestantes.

Notadamente as redes sociais são entendidas não como uma libertação da mídia hegemônica, mas como espaços abertos de liberdade e possibilidade de inserção global da comunicação de atores sociais e de ONGs, independente de poder financeiro. O que somente foi possível a partir das TICs. Essa abertura fortalece e amplia a adoção da Comunicação para o Desenvolvimento em projetos e programas de desenvolvimento posto que, muitas vezes, a situação política nos países onde se realizam os projetos é de subjugação dos meios de comunicação de massa ao poder instituído.

A revolução midiática viabilizada pelas mídias sociais fará com que dificilmente algo possa ser ocultado. Por sua vez a descoberta de que governos exerciam a vigilância em massa dos dados de pessoas, empresas, e de governantes surpreendeu a opinião pública internacional, confirmando essa percepção. A previsão feita por Jean D'Arcy, nos anos 1960, de que a comunicação se constituiria em um dos Direitos Humanos está a se realizar.

9. Recomendações

O campo da ComDev, praticamente desconhecido no Brasil, não figura na área A1 das Ciências Sociais Aplicadas que congrega as demais que são inerentes à Comunicação Social no país. Mesmo internacionalmente a ComDev tem sido negligenciada ou confundida com *marketing*, publicidade ou comunicação corporativa por dirigentes de ONGs, de acordo com Pugnali (2011). A partir desta constatação este estudo pretende contribuir com a investigação nesta especificidade da comunicação direcionada a área do desenvolvimento e apontar para a necessidade de ampliar as investigações no campo.

A ComDev é de grande ajuda em Projetos de Ajuda Humanitária de desenvolvimento (no pós-conflito ou após desastres ambientais), quando as estruturas do país deverão ser reconstruídas), ou em Projetos de Emergência (enquanto guerras ou tragédias ambientais ainda estão em curso), de acordo com Groppo (2009)⁸. Constitui-se ainda em apoio fundamental ao êxito das iniciativas de inclusão e de defesa de direitos fundamentais. Atualmente as rotas dos milhões de refugiados que tomam as estradas, ou se lançam ao mar em frágeis embarcações, fugindo

de Estados Fracos, Falhados ou em Colapso (EFFC) em busca do direito à vida prenunciam que projetos humanitários deverão se multiplicar enormemente. O fenômeno global da deslocação interna e externa demonstra que a ComDev deverá atuar fortemente em áreas como saúde, educação, cultura, sustentabilidade, gênero, desenvolvimento sustentável para facilitar com sua especialidade a inserção das pessoas nas suas novas vidas.

Convém salientar a afirmação do *Global Overview 2016: People Internally Displaced by Conflict and Violence* (IDMC) de que, do final de 2015 até a sua divulgação em 2016, houve o maior número de deslocados internos do que em qualquer outra época desde o início do monitoramento pelo IDMC em 1998. Cita ainda o relatório que, como se não fosse o suficiente, desastres deslocaram mais do que o dobro de pessoas que se moveram por conflitos durante o ano avaliado. Por esse contexto será importante que o ensino da ComDev seja difundido e ampliado com a criação de novos cursos para essa especialização que venham a formar profissionais da comunicação engajados em causas sociais.

Complementarmente, afirma a UNESCO (2007), a introdução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) instituem a Comunicação para o Desenvolvimento (ComDev) em ferramenta essencial ao incentivo a participação ativa das comunidades em seu desenvolvimento e facilitação do diálogo de forma duradoura. Um dos desafios da comunidade para o desenvolvimento - aditivado pelas metas estabelecidas até 2030 - será demonstrar o valor e o impacto da comunicação para ultrapassar desafios e assegurar que se torne parte integrante de estratégias, práticas e políticas de governos e de doadores.

Referências

- Barbrook, Richard (2009). *Futuros Imaginários. Das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo: Petrópolis.
- Breton, Philippe e Prolux, Serge (2000). *A explosão da comunicação*. Lisboa: Bizâncio.
- Castells, Manuel (2016 [2006]). A mídia de massa individual. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Texto revisto e corrigido pelo autor, é extraído da sua palestra no seminário sobre o tema “A mídia entre os cidadãos e o poder”, organizado pelo World Political Forum e a província de Veneza em San Servolo, na Itália, nos dias 23 e 24 de junho de 2006. Retrieved from: <http://diplomatie.org.br/a-midia-de-massas-individual/>.
- Castells, Manuel (2011). *Comunicacional y Poder*. Madrid: Aliança Editorial.
- Castells, Manuel (2012). *Redes de indignação y esperanza. Los movimientos sociales en la era de internet*. Madrid: Aliança Editorial.
- D’Arcy, Jean (1969). Le droid de l’home à communiquer. Direct broadcasting satellites and the right to communicate. In *EBU Review*.
- Dragon, Alfonso Gumucio (2007). *Comunicar la comunicación*. Guatemala. Retrieved from www.rebocultura.net/.../Comunicar%201a%0comunicación.%20Alfonso%20Gumucio.doc
- Fairclough, Norman (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília, Universidade de Brasília.
- Hamelink, Cees J. (1994). *The politics of world communication: a human rights perspective*. London: Sage.
- Internal Displacement Monitoring Centre, Norwegian Refugee Council (2016). *Global Report on Internal Displacement (GRID 2016)*. Disponível em <http://reliefweb.int/report/world/2016-global-report-internal-displacement-grid-2016>
- Karatzogianni, Athina (2012). *Cyberconflict and the future of warfare*. Disponível em http://works.bepress.com/athina_karatzogianni/8/.
- Kissinger, Henry (2015). *Ordem Global*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- Morin, Edgar (2015). *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morozov, Eugene (2011a). *The net delusion. The dark side of internet freedom*. New York: Public Affairs.

- Morozov, Eugene (2011b). Facebook and Twitter are just places revolutionaries go. *The Guardian*. (07.03.2011). Retrieved from <http://www.guardian.com.uk/comentsfree/2011/mar/07/facebook-twitter-revolutionaries-cyber-utopians>.
- Pugnaroni, Clara M. (2011). *Comunicação para o Desenvolvimento. Apoio a projetos de ajuda humanitária. O caso em Angola. No prelo*
- Ramonet, Ignacio (2003). O quinto poder. *Le Monde Diplomatique* nº 45, outubro de 2003, www.diplo.com.br; tradução; Jô Amado.
- Ramonet, Inacio (2002). *La tyrannie da la communication et propagandes silencieuses*. Paris: Ed. Galiée.
- Sousa Santos, Boaventura (1989). *Os direitos humanos na pós-modernidade*. Coimbra: CES.
- Schwarcz, Lilia M. e Starling, Heloisa M. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schiller, Dan (2007). *How to think about information*. Urbana: University of Illinois Press.
- Steinberg, Charles. (Org.), (1970). *Meios de Comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix.
- THE WORLD BANK. 2007. *The Communication Initiative, 2007*. World Congress of Communication for Development. Lessons, Challenges, and the Way Forward. Washington DC.
- UNESCO. (1983). *Um mundo muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Comissão Internacional para o estudo dos Problemas da Comunicação. Tradução de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: FGV.
- Vainer, Carlos (2013). “Quando a cidade vai às ruas”. In Maricato, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Weaver, Warren (1946). The mathematics of communication. *Scientific American*, vol 181, p.11.
- Wiener, Norbert (1952). *Cybernetique et société*. Paris: Deux-Rives.
- Yin, Robert K. (2005). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

¹ Afirmação feita em entrevista pessoal realizada em maio de 2014, na *Human Rights Whach* em Paris.

² No âmbito das Agências das Nações Unidas a designação *beneficiary-target* foi substituída por *right holders*, uma designação mais respeitosa. Informação concedida em entrevista por Justine Texier em setembro de 2009, na FAO em Roma.

³ Estamos a nos referir - além dos direitos civis e políticos integrantes aos direitos humanos de primeira geração e aos direitos sociais e econômicos relativos aos direitos de segunda geração - ao que se pode considerar a terceira geração de direitos humanos: os direitos culturais, pós-materialistas, anunciadores de modos de vida alternativos (ecológicos, feministas, pacifistas, anti-racistas, anti-nucleares), conforme conceitua Sousa Santos (1989).

⁴ Afirmação feita em entrevista pessoal em 2014, em Paris.

⁵ O *MacBride Report Many Voices, one World* <http://www.communicationofsocialchange.org/mazi-articles.php?> Sean MacBride foi jornalista, jurista e político. Prêmio Nobel e Prêmio Lênin da Paz. Presidente da Agência Internacional da Paz; ex-ministro de Assuntos Exteriores; membro fundador da Anistia Internacional; comissionado das Nações Unidas para a Namíbia.

⁶ Ver Weaver, Warren (1946). *The mathematics of communication*. *Scientific American*, vol 181, p.11.

⁷ Ver Wiener, Norbert (1952) *Cybernetics*. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/66686625/Wiener-Norbert-Cybernetics-Or-Control-and-Communication-in-the-Animal-and-the-Machine>. Acesso em: 19. maio, 2015.

⁸ Afirmação feita em entrevista pessoal, concedida em setembro de 2009, na FAO em Roma.